# Nova Lei das Finanças Locais promete "corrigir desequilíbrios"

"O critério de sucesso não pode ser o número de obras inauguradas", afirma o ministro Castro Almeida. Cooperação e reforço da capacidade de decisão dos territórios marcam conferência "O Norte e o seu futuro"



Conferência realizou-se no Theatro Circo




MICHEL PEREIRA

Ministro disse que o sucesso das obras se mede pelo benefício que produzem "ao longo do tempo"

**BRAGA** O ministro da Economia e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, anunciou ontem que no próximo ano haverá uma nova Lei das Finanças Locais, com o objetivo de "corrigir desequilíbrios e assegurar critérios mais claros e mais justos" na distribuição dos recursos pelas autarquias. O anúncio foi feito no encerramento da conferência "O Norte e o seu futuro", organizada pela CCDR-Norte e pelo "Jornal de Notícias", no âmbito dos 50 Anos do Poder Local, que decorreu no Theatro Circo, em Braga. A cooperação entre municípios e o reforço da capacidade de decisão foram dois dos temas em maior evidência.

Na intervenção de encerramento, Castro Almeida defendeu uma mudança na forma de avaliar o investimento público. "O critério de sucesso não pode ser o número de obras inauguradas, tem de ser o benefício que essa obra produz ao longo do tempo", afirmou. Para o ministro, a descentralização "só faz sentido quando aproxima as decisões dos cidadãos e permite responder melhor aos problemas". Nesse sentido, sublinhou que "transferir competências sem clarificar responsabilidades, assegurar recursos ou garantir liberdade de gestão não corresponde à ambição" que deve existir.

Castro Almeida anunciou também a preparação de um Código do Poder Local, cujo grupo de trabalho foi criado a 23 de outubro. O objetivo é reunir e simplificar a legislação autárquica, atualmente dispersa por vários diplomas. Outra das prioridades apontadas foi a simplificação dos procedimentos associados ao investimento. "Os instrumentos de ordenamento do território e os processos de licenciamento não podem transformar oportunidades em anos de espera", defendeu o ministro da Economia e da Coesão Territorial.




Álvaro Santos queixou-se da baixa produtividade

### COESÃO E REEQUILÍBRIO

O presidente da CCDR-Norte, Álvaro Santos, apontou a competitividade, a coesão social e o reequilíbrio territorial como os três pilares do desenvolvimento da região. Identificou a baixa produtividade e os níveis de rendimento como fragilidades a superar, defendendo uma nova industrialização assente na inovação, tecnologia e sustentabilidade.

Álvaro Santos destacou ainda a preparação da estratégia Norte 2040, que deverá envolver autarquias, universidades, empresas e sociedade civil, permitindo definir uma "política de coesão forte". "A coesão territorial não implica impor a todos o mesmo modelo de desenvolvimento, implica assegurar que cada território dispõe de condições para valorizar as suas capacidades e oferecer perspetivas de futuro às suas populações", garantiu.

Já o presidente da Câmara de Braga, João Rodrigues, defendeu a criação da Área Metropolitana do Minho como instrumento para reforçar a capacidade de influência e decisão da região junto do Poder Central. O autarca considerou que a nova estrutura não pode ser "uma mera designação administrativa", mas deve representar uma mudança efetiva na governação do território. "Transformar essa dimensão que já existe em capacidade de decisão" é um dos principais objetivos, ressalvando que o modelo deve respeitar a autonomia municipal e não criar mais burocracia. O autarca de Braga defendeu ainda que "a coesão não se consegue enfraquecendo os territórios mais dinâmicos", sustentando que o desenvolvimento do Norte depende da cooperação e da valorização das suas várias centralidades.

**ESTRATÉGIA**

## "O Interior não quer política de assistencialismo"

**Teresa Sá Marques, professora da Universidade do Porto, defendeu a construção de uma estratégia territorial integrada sem "clivagem" entre Litoral e Interior, assente na cooperação e valorização dos recursos locais. Alertou para as assimetrias económicas e demográficas e defendeu mais habitação acessível, emprego, formação e serviços públicos de proximidade. "O Interior quer um projeto de futuro, não quer política de assistencialismo", sublinhou.**

# Qualificar trabalhadores para reforçar competitividade

**Formação ao longo da vida, retenção de talento na região e aproximação entre universidades e empresas estiveram em debate**

**RECURSOS HUMANOS** A qualificação dos recursos humanos, a capacidade de reter talento e a adaptação dos trabalhadores às transformações do mercado de trabalho foram apontadas como prioridades para reforçar a competitividade da Região Norte, num painel que juntou o presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP), Luís Miguel Ribeiro, o pró-reitor da Universidade do Minho para a Participação Universitária e Ligação ao Território, Carlos Videira, e o presidente da Câmara de Barcelos, Mário Constantino.

Luís Miguel Ribeiro considerou que as empresas enfrentam dificuldades acrescidas para incorporar inovação, num contexto marcado pela reduzida dimensão do tecido empresarial e falta de trabalhadores qualificados. Defendeu a aposta na diferenciação e no conhecimento. "Não vamos ser competitivos pelo preço e pelas quantidades", alertou. A cooperação entre empresas e a diversificação dos mercados de exportação são, na sua perspetiva, fundamentais para ganhar escala e valor acrescentado.

Já Carlos Videira alertou para as desigualdades na qualificação da população, nomeadamente entre gerações. Apesar dos progressos na formação dos mais jovens, alertou para as dificuldades dos mais velhos perante a transformação tecnológica. "As universidades têm de se focar cada vez mais na formação das pessoas mais velhas", defendeu. Videira considerou ainda que a competitividade regional depende da capacidade de atrair e reter profissionais qualificados.

O autarca de Barcelos, Mário Constantino, destacou a evolução dos níveis de qualificação no Cávado, que passou de uma posição abaixo da média nacional, na década de 1990, para valores superiores. Apontou, contudo, a necessidade de valorizar os setores tradicionais, que concentram grande parte do emprego. "É importante que haja mais incentivos, sobretudo no apoio às empresas", afirmou.



**Qualificação da mão de obra foi tema de debate**



**Autarcas e académicos discutiram fundos e coesão**

# Autarcas pedem mais investimento e poder de decisão para os territórios

**Atração de investidores e criação de oportunidades de trabalho apontados como fatores-chave para o desenvolvimento da região**

**COESÃO** A criação de emprego e a dinamização da economia foram apontadas como condições essenciais para combater a perda de população nalguns municípios e reforçar a coesão territorial no Norte, durante o painel "Mais crescimento económico, melhor coesão social: que caminho está o Norte a seguir?".

O reitor da Universidade Politécnica de Bragança, Orlando Rodrigues, defendeu parcerias mais fortes entre empresas e instituições de Ensino Superior para aumentar a produtividade, através da qualificação e da inovação. "O problema da produtividade só se resolve com parcerias fortes entre empresas e instituições de Ensino Superior", afirmou.

**"IMIGRANTES BEM-VINDOS"**

A presidente da Câmara de Miranda do Douro, Helena Barril, destacou o contributo da imigração para responder à falta de mão de obra em setores como a hotelaria, a restauração e o comércio. "Os imigrantes que venham para trabalhar serão sempre bem-vindos", assegurou a autarca. Referiu ainda o investimento previsto de 18 milhões de euros do grupo Vila Galé como uma oportunidade para a economia e o emprego locais.

Já a presidente da Câmara de Montalegre, Fátima Fernandes, reclamou mais meios financeiros e poder de decisão para os municípios. "Ficámos com as competências, mas não temos o poder de decisão", criticou, defendendo uma revisão dos critérios de financiamento.

O presidente da Câmara de Monção, António Barbosa, considerou que os fundos comunitários devem privilegiar a economia e o emprego, defendendo políticas fiscais que atraiam investimento e criem oportunidades de trabalho. Apelou também à cooperação entre municípios, mostrando-se favorável a uma eventual Área Metropolitana do Minho que envolva os distritos de Braga e de Viana do Castelo. "Somos demasiado pequenos para trabalhar de forma isolada", vincou.



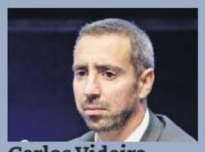
**Luís Miguel Ribeiro**
*Presidente da AEP*

**"Não há coesão territorial sem descentralização da economia e sem reforço da economia"**



**Mário Constantino**
*Presidente CM Barcelos*

**"A palavra-chave é cooperação: entre municípios e entre municípios, empresas e academia"**



**Carlos Videira**
*Pró-reitor UMinho*

**"A qualificação dos mais velhos e a retenção dos mais jovens poderão ser as chaves para o futuro"**



**Orlando Rodrigues**
*Reitor UP Bragança*

**"As instituições de Ensino Superior têm um impacto claro na reconstrução demográfica dos territórios"**



**Helena Barril**
*Presidente CM Miranda do Douro*

**"Para nós, a proximidade com Espanha também é uma oportunidade para dinamizar a economia local"**



**Fátima Fernandes**
*Presidente CM Montalegre*

**"Os governos têm de ouvir os autarcas, que são quem conhece as suas terras e fazem muito com pouco"**



**António Barbosa**
*Presidente CM Monção*

**"É preciso criar condições para investimento e aumentar o rendimento sem ser absorvido por impostos"**



**Teresa Sá Marques**
*Professora catedrática*

**"O Norte reúne uma base económica rara, mas falta-lhe transformar isso em maior valor acrescentado"**